



GT 028. Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social no Brasil contemporâneo

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Debatedor/a, Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Debatedor/a, Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) - Debatedor/a

O GT tem como proposta reunir trabalhos que tematizem processos e dinâmicas em torno de conflitos sociais. Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. Além dessa dimensão que, por sua vez, se desdobra em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência como a “violência estatal”, a “violência contra a mulher”, o “genocídio”, os “massacres” e “conflitos no campo”, buscaremos contemplar também o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais as diferenças e desigualdades se fundam e perpetuam. Pretendemos também abarcar trabalhos que estejam discutindo ações de coletivos políticos que se constituem ou se reorganizam frente a situações consideradas injustas, desiguais ou violentas, de maneira a perceber como estes vislumbram a possibilidade ou a expectativa de reparação pelas violações sofridas. Trata-se, portanto, de um GT que espera se compor a partir de uma diversidade de situações etnográficas que tenham como proposta discutir mobilizações sociais nas cidades, no campo, em comunidades indígenas.

Testemunhas do conflito: documentos oficiais que demonstram os processos de violência direcionado aos povos indígenas no Brasil

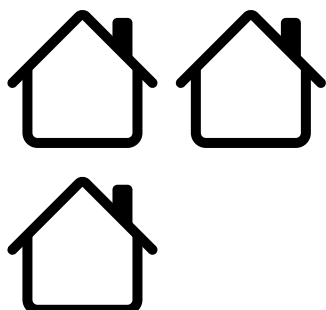
Autoria: Vinícius da Silva Machado

O resumo apresentado tem por objeto a relação entre Justiça, Povos Indígenas e Conflitos e por temática as possibilidades de observar, em documentos oficiais de produção estatal, as agências desenvolvidas pelos povos indígenas contra as ações de dominação colonialistas na construção de suas estratégias de enfrentamento frente ao Estado Brasileiro. Utilizamos para isso o Relatório Figueiredo. Um documento que durante anos ficou ocultado dentro dos porões da ditadura civil militar brasileira, existindo algumas hipóteses afirmando a sua destruição por um incêndio no ministério da agricultura, em junho de 1967, e seu conteúdo se transformado em pó de esquecimento. Porém, ele foi redescoberto em novembro de 2012 pelo pesquisador Marcelo Zelic no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, emergindo para a luz da verdade como uma ferramenta histórica importante a qual apresenta uma quantidade fantástica de relatos que permitem criar novas possibilidades de análises sobre a atuação do SPI e do indigenismo brasileiro contemporâneos. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade é outro documento que utilizamos. Ele foi produzido por uma comissão composta de sete membros nomeados pela presidente do Brasil Dilma Rousseff, auxiliados por assessores, consultores e pesquisadores. A lei que a instituiu (Lei nº 12.528/2011) foi sancionada em 18 de novembro de 2011 e a comissão foi instalada oficialmente em 16 de maio de 2012 e seu relatório foi divulgado em 10 de dezembro de 2014. Dessa maneira para entender as possibilidades de interrelação do Estado Brasileiro com os povos indígenas, tendo como base de contato o conflito, de forma hegemônica, será necessário compreender esses documentos como relatos de experiências dos agentes representantes dos interesses nacionais. Relatos de testemunhas da barbárie realizada pelo colonialismo interno. O resumo apresenta reflexões preliminares da produção da dissertação de mestrado do autor e se relaciona com o GT através da elaboração sobre as violências cometidas pelo Estado contra os povos indígenas.





Realização:



Apoio:



Organização:

